

## Juiz autoriza operação sobre desvios em programa de ressocialização

O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, autorizou a deflagração de uma operação policial para investigar desvios em contratos do programa Pão Escola, que tem como objetivo a ressocialização de presos.

A Polícia Federal cumpre, na manhã desta terça-feira (13/3), 24 mandados de prisão de suspeitos de participar de esquema de corrupção em presídios do Rio de Janeiro. A nova fase da operação “lava jato” no estado investiga suposto desvio de recursos públicos e o pagamento de propina em contratos firmados pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária com empresas do ramo alimentício.

Reprodução



Investigações partiram de irregularidades no projeto Pão Escola, cujo objetivo é a ressocialização dos presos.  
Reprodução

Dos 24 mandados, 14 são de prisão preventiva e 10 de temporária. Entre os alvos estão o coronel César Rubens Monteiro, ex-secretário estadual de Administração Penitenciária do Rio, e o delegado Marcelo Martins, diretor do Departamento de Polícia Especializada da Polícia Civil fluminense. Também estão sendo cumpridos 28 mandados de busca e apreensão. A ação envolve 120 policiais federais nos municípios do Rio, Mangaratiba, Niterói e Duque de Caxias, no estado do Rio, além de Araras, em São Paulo.

Os presos serão indiciados por corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa, entre outros. A operação é feita em conjunto com o Ministério Público Federal, Ministério Público do Rio de Janeiro e a Receita Federal.



## Fraudes na ressocialização

As investigações partiram de irregularidades no projeto Pão Escola, cujo objetivo é a ressocialização dos presos. A empresa Induspan, de Felipe Paiva, foi inicialmente contratada para executar o projeto, mas o contrato foi rescindido porque havia desequilíbrio financeiro. O motivo foi que o estado fornecia os insumos necessários para a produção dos pães, enquanto os presos forneciam a mão de obra, com custo baixíssimo para a empresa, que fornecia lanches para a Seap a preços acima do valor de mercado.

Após a rescisão do contrato, aponta o MPF, Paiva teria criado, por meio de laranjas, a Oscip Iniciativa Primus, que sucedeu a Induspan no fornecimento de lanches em presídios do Rio de Janeiro. No entanto, inspeção do Tribunal de Contas do Estado do Rio identificou que o esquema prosseguiu, já que a organização utilizava a estrutura do sistema prisional e a mão de obra dos detentos para fornecer alimentação acima dos preços de mercado.

Mesmo com a identificação das irregularidades, o ex-secretário de Administração Penitenciária César Rubens de Carvalho autorizou prorrogações de contrato com a Iniciativa Primus. O MPF estima que o dano causado à Seap seja de R\$ 23,4 milhões.

Por outro lado, a Iniciativa Primus foi usada em uma série de transações de lavagem de dinheiro, sustentam os procuradores. Eles avaliam que, por meio de uma complexa rede de empresas com as quais a Oscip celebrou contratos fictícios de prestação de serviços, Felipe Paiva tenha lavado pelo menos R\$ 73,5 milhões. Nesse braço do esquema, o principal doleiro de Paiva era Sérgio Roberto Pinto da Silva, preso na operação farol da colina, da força tarefa CC5 do Banestado.

O MPF também destaca que o patrimônio de César Rubens de Carvalho aumentou ao menos 10 vezes enquanto esteve à frente da Seap. Um dos operadores financeiros do ex-governador Sérgio Cabral (MDB) revelou, em colaboração premiada, que parte da propina recebida na secretaria era repassada ao emedebista, mas sem a definição de percentual fixo como identificado em outras secretarias já investigadas.

Para receber a propina, ressaltam os procuradores, César Rubens utilizaria duas empresas das quais era sócio, a Intermundos Câmbio e Turismo e a Precisão Indústria e Comércio de Mármore. Segundo o MPF, o sócio de César Rubens na Precisão é Marcos Lips, apontado como responsável pela entrega de dinheiro em espécie ao núcleo central da organização criminosa que operava no estado do Rio de Janeiro na gestão de Cabral. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MPF.*

*\*Texto alterado às 14h19 do dia 13/3/2018 para acréscimo e correção de informações.*

## Date Created

13/03/2018